

Editorial

Trazemos a você, leitor, o número 69 da *Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos* com artigos que abordam variados temas vinculados ao nosso Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), quais sejam, Direito, Estado e Sociedade, Teoria, Filosofia e História do Direito e, finalmente, Direito e Relações Internacionais.

Desse modo, apresentamos o primeiro artigo, uma contribuição internacional de Sara Cocchi, da Università degli Studi di Firenze – Itália, que analisa o quadro atual para um reconhecimento “europeu” dos direitos sociais a partir das principais fontes relevantes do Conselho da Europa e da União Europeia.

O segundo aporte, também internacional, traz as reflexões de João Abreu de Faria Bilhim, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – Portugal, na análise do conjunto de ideias e do programa conhecido como “Nova Gestão Pública”, situando a ética na perspectiva de John Rawls, com o intuito de propor instrumentos e processos que sirvam para um comportamento mais íntegro dos dirigentes da Administração.

A terceira contribuição é a análise de Lenio Luiz Streck, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS, que trata da baixa constitucionalidade brasileira e de como esse fenômeno tem sido fator preponderante para a inefetividade da Constituição e para o não estabelecimento efetivo de um Estado Democrático de Direito.

Em seguida, Fábio Carvalho Leite, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, discute a ação declaratória de constitucionalidade

de, sustentando a existência de alguns pontos ainda indefinidos, que necessitam de interpretação para a legitimidade dessa ação no controle de constitucionalidade.

Contamos também com o texto de Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, analisando a atuação do sistema penal brasileiro a partir dos índices de encarceramento dos últimos 20 anos, interagindo o conceito econômico da maximização dos lucros com o discurso criminológico da seletividade do sistema penal.

Ainda, a contribuição de Rafael Santos de Oliveira, da Universidade Federal de Santa Maria – RS, e de Francieli Puntel Raminelli, da mesma instituição, que aponta para a página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook com o intuito de analisar o contexto atual do acesso à informação no Brasil como construção de uma democracia participativa.

No sétimo artigo, Francisco de Guimaraens e Maurício Rocha, ambos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, examinam o conceito de direito de resistência formulado por Spinoza.

A seguir, Ivo Canabarro, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, aborda alguns desdobramentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil e suas atividades no processo de recuperação da memória social.

Também contamos com o artigo de Fabiana Marion Spengler, da Universidade de Santa Cruz do Sul – RS, e de Giancarlo Montagner Coppelli, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; em seu trabalho, os autores analisam a crise enfrentada pelo Estado em relação ao Sistema Judiciário no tratamento de conflitos.

No artigo seguinte, Lília Maia de Moraes Sales e Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves, ambas da Universidade de Fortaleza – CE, examinam de que forma o Conselho Nacional de Justiça tem conduzido as capacitações para conciliadores e mediadores judiciais.

Contamos também com o trabalho de José Isaac Pilati, da Universidade Federal de Santa Catarina, e de Mikhail Vieira Cancelier de Olivo, da mesma instituição, que aborda o caso *Snowden* para discutir as ques-

tões política e jurídica do direito à privacidade, propondo um novo enfoque teórico ao tema, situando o direito à privacidade como um bem coletivo e sob a titularidade da sociedade, nos termos da Teoria Pós-Moderna do Direito.

Finalmente, as reflexões de Eduardo de Avelar Lamy, da Universidade Federal de Santa Catarina, os autores analisam a influência dos direitos fundamentais e dos seus respectivos valores das normas que concernem ao direito processual e da sua teoria, especialmente no sistema jurídico brasileiro.

Fechamos esta edição agradecendo aos pesquisadores e professores por suas ricas contribuições, bem como a nossos avaliadores que nos auxiliam a manter a excelência da revista e, finalmente, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste número.

Luiz Henrique Urquhart Cademartori
Editor-Chefe

Priscilla Camargo Santos
Editora-Assistente